

X Encontro da ABCP
30/08 a 2/09 de 2016 - Belo Horizonte, MG
AT Eleições e Representação Política

**Polarização ou Indiferença? Partidarismo e Voto nas Eleições Presidenciais
Brasileiras.**

André Borges (UNB)
Robert Lee Vidigal (UNB)

Polarização ou Indiferença? Partidarismo e Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras.

André Borges (UNB)

Robert Lee Vidigal (UNB)

O debate recente sobre identificação partidária e voto no Brasil vem apontando para a crescente importância do posicionamento dos eleitores com respeito aos principais partidos presidenciais - PT e PSDB - na escolha dos candidatos à presidência. O artigo pretende contribuir para a literatura buscando responder a três questões centrais. Primeiro, o artigo investiga em que medida os eleitores brasileiros encontram-se divididos ou não segundo a divisão bipolar predominante na disputa presidencial e se esta divisão se mantém ou se altera ao longo do tempo. Em segundo lugar, avaliamos em que medida é possível dizer que teria ocorrido ao longo dos últimos anos um processo de polarização partidária vinculado à competição presidencial entre PT e PSDB, conforme sugerido por Couto (2014) e Reis (2014). Por fim, analisamos o impacto das simpatias partidárias sobre o voto presidencial nas eleições de 2002 a 2014. O artigo procura responder a estas questões recorrendo aos surveys do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizados nos anos de 2002, 2010 e 2014. Os resultados das análises descritivas e modelos estatísticos multivariados demonstram que, não obstante a crescente importância dos sentimentos partidários na determinação do comportamento dos eleitores no pleito presidencial, não há evidências de que tal movimento estaria associado a um aumento da polarização. Pelo contrário, observamos que as diferenças ideológicas e de opinião entre petistas e tucanos são de pequena monta e, além disso, nota-se ao longo do tempo crescente convergência ideológica entre os vários segmentos do eleitorado. Além disso, os eleitores indiferentes que não diferenciam claramente entre PT e PSDB constituem o segmento numericamente mais importante do eleitorado e, portanto, de maior relevo para as estratégias partidárias, situação esta que se manteve inalterada ao longo do período em análise.

1. Introdução

O debate recente sobre identificação partidária e voto no Brasil vem apontando para a crescente importância do posicionamento dos eleitores com respeito aos principais partidos presidenciais - PT e PSDB - na escolha dos candidatos à presidência. Desde 1994, tais partidos constituem os dois pólos da disputa, alternando-se ainda à frente do Poder Executivo. Várias pesquisas recentes sugerem que a disputa presidencial contribui para estruturar e conferir inteligibilidade ao sistema partidário, uma vez que todos os demais partidos, com poucas exceções, tendem a gravitar em torno dos projetos presidenciais capitaneados por PT e PSDB (Braga e Pimentel Jr, 2011; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012).

Os argumentos e evidências presentes na literatura nacional tendem a convergir com a literatura sobre o desenvolvimento do sistema partidário nos EUA, a qual aponta para a importância da disputa presidencial e das macropolíticas econômicas e sociais implementadas pelos presidentes para a construção de partidos genuinamente nacionais, capazes de dividir as preferências do eleitorado (Key, 1955; Milkis e Rhodes, 2007; Schnattschneider, 1960; Sundquist, 2011). De fato, alguns estudos sobre identificação partidária no Brasil demonstram que uma parcela pequena, embora não desprezível, dos eleitores, consegue se posicionar de forma razoavelmente consistente frente aos dois principais partidos na disputa presidencial.(Braga e Pimentel Jr, 2011; Samuels e Zucco, 2014)

Nos últimos anos, desenvolveu-se uma ampla gama de pesquisas com o intuito de investigar os determinantes da decisão do voto nas eleições presidenciais. As evidências empíricas demonstram que a identificação partidária é fator de peso nas escolhas dos eleitores, embora ainda não haja consenso sobre a forma mais adequada de mensuração dos vínculo entre eleitores e partidos (Braga e Pimentel Jr, 2011; Cabello e Rennó, 2010; Carreirão e Barbeta, 2004; Peixoto e Rennó, 2011; Rennó, 2007). No que diz respeito à conexão entre os partidos no eleitorado e as divisões socioeconômicas, a literatura aponta para uma significativa mudança na base eleitoral do Partido dos Trabalhadores após a sua chegada ao poder nacional em 2002, com o crescimento do petismo entre eleitores de renda e escolaridade mais baixa (Baker et al., 2016; Samuels, 2008). Movimento oposto se observaria no caso do PSDB, com o seu crescimento entre as classes médias e altas. Ao menos teoricamente, tal movimento deveria redundar em aumento da polarização partidária, levando por sua vez ao fortalecimento da conexão entre identificação partidária e escolha eleitoral. Análise recente de Reis (2014) sobre o pleito presidencial de 2014

aponta nessa direção, vendo na polarização da última campanha eleitoral evidência de consolidação da bipolaridade PT-PSDB como estruturadora do sistema partidário e do processo político-eleitoral.

Neste artigo, procura-se contribuir para a literatura sobre identificação partidária e voto de duas formas. Primeiro, desenvolvendo uma medida mais precisa no que diz respeito à força ou intensidade dos sentimentos partidários frente ao PT e ao PSDB. Segundo, investigando de forma sistemática a força dos sentimentos partidários na escolha presidencial. Acreditamos que a medida de partidarismo que propomos permite analisar de forma mais rigorosa as questões que tem sido objeto de debate na literatura recente, além de permitir avançar no que diz respeito ao comportamento dos eleitores independentes ou indiferentes.

Pretende-se responder a três questões centrais. Primeiro, que medida os eleitores brasileiros encontram-se divididos ou não segundo a divisão bipolar predominante na disputa presidencial e se esta divisão se mantém ou se altera ao longo do tempo. Em particular, buscamos avaliar empiricamente a hipótese que vem sendo levantada na literatura no que diz respeito ao fortalecimento dos sentimentos partidários frente ao PT e ao PSDB. Em segundo lugar, avaliamos em que medida é possível dizer que teria ocorrido ao longo dos últimos anos um processo crescente de polarização partidária vinculado à competição presidencial entre PT e PSDB, conforme sugerido por Couto (2014) e Reis (2014). Terceiro, analisamos o impacto das simpatias partidárias sobre o voto presidencial nas eleições de 2002 a 2014. Nesta análise buscamos entender não apenas o comportamento dos eleitores que se posicionam claramente frente aos principais partidos presidenciais, mas também daqueles que demonstram indiferença frente à bipolaridade da disputa.

O artigo procura responder a estas questões recorrendo aos surveys do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizados nos anos de 2002, 2010 e 2014. Para verificar em que medida teria havido um aumento das simpatias partidárias em relação ao PT e ao PSDB, desenvolvemos uma escala de partidarismo através de uma questão do ESEB que permite ao eleitor atribuir a intensidade da sua simpatia ou antipatia por estes dois partidos. Consideramos não apenas os sentimentos dos eleitores com respeito ao partido da sua preferência, mas também com respeito ao principal partido adversário na eleição presidencial. A partir das categorias construídas por meio dessa escala, verificamos o grau de vinculação entre o posicionamento partidário, de um lado, e do outro, as opiniões dos eleitores sobre issues diversos e posicionamento ideológico. Dessa forma, buscamos avaliar empiricamente a hipótese da polarização. Por fim, recorremos a uma série de modelos multinomiais logit para a escolha dos

eleitores no primeiro turno das eleições presidenciais, com o intuito de mensurar a importância relativa dos sentimentos partidários como fator explicativo do voto.

Os resultados empíricos demonstram que, não obstante a crescente importância dos sentimentos partidários na determinação do comportamento dos eleitores no pleito presidencial, não há evidências de que tal movimento estaria associado a um aumento da polarização. Pelo contrário, observamos que as diferenças ideológicas e de opinião entre petistas e tucanos são de pequeno monta e, além disso, nota-se ao longo do tempo crescente convergência ideológica entre os vários segmentos do eleitorado. Além disso, os eleitores indiferentes que não diferenciam claramente entre PT e PSDB constituem o segmento numericamente mais importante do eleitorado e, portanto, de maior relevo para as estratégias partidárias, situação esta que se manteve inalterada no período em análise.

1.1 Identificação partidária, polarização e escolhas eleitorais

A natureza e as origens da identificação partidária têm sido debatidas por décadas. Tradicionalmente, as pesquisas sobre a natureza da identificação partidária têm se baseado em duas escolas principais de pensamento. Uma primeira explicação para a identificação partidária seria a conexão psicológica a um partido político devido a processos de socialização na infância (Campbell et al., 1960), ao passo que outra explicação têm concebido a filiação partidária em termos racionais, como uma decisão calculada com base em posições políticas a respeito de temas políticos, avaliações de desempenho partido, e outros critérios (Downs, 1975).

A identificação partidária foi o foco no estudo do comportamento político no *The American Voter* (Campbell, et alii, 1960). Nesta definição de identificação partidária, que se tornou conhecida como o "modelo de Michigan" de votação, foi fortemente influenciado pela psicologia social. Seu núcleo é a ideia de que a maioria das pessoas se identificam com determinados grupos de referência. Para os autores, as identificações partidárias se desenvolvem através de processos de socialização durante a infância (Campbell, et alii, 1960).

Uma segunda perspectiva muito diferente sugere que a identificação partidária é determinada por avaliações sobre temas políticos importantes, eventos e personalidades atuais. Esta perspectiva está enraizada no modelo de Downs (1957) de identificação partidária como uma heurística que captura eficientemente a correspondência entre as plataformas do partido e as preferências políticas do indivíduo.

À medida que as pessoas adquirem informações adicionais e formam novas atitudes políticas, a identificação partidária se desloca em um processo de atualização Bayesiana (Achen, 1992). A partir desta perspectiva, então, a identificação partidária é uma função direta das atitudes políticas: os cidadãos se identificam com o partido que melhor representa as suas preferências políticas atuais.

Nas novas democracias, como o Brasil, entretanto, os partidos políticos são um fenômeno relativamente novo, e como tal, o partidarismo teve menos tempo para se desenvolver e consolidar posições políticas, fornecendo informações consistentes aos eleitores (Fiorina, 1981). Em novas democracias, nem os cidadãos mais velhos nem jovens tiveram tido muitas oportunidades para votar, e o contexto político pode ter mudado drasticamente e rapidamente nos últimos anos. Logo, a socialização pelos pais tampouco pode explicar a questão da identificação partidária nas novas democracias. Isso quer dizer que muitos cidadãos só podem aprender sobre os partidos políticos e desenvolver simpatias partidárias a partir do comportamento dos políticos e dos acontecimentos políticos (Samuels e Zucco, 2014).

O comportamento social está diretamente relacionado ao comportamento de grupos. A tendência de se juntar com os outros é talvez a característica mais importante dos seres humanos (Brewer, 2010). Os processos que ocorrem dentro dos grupos influencia, de forma fundamental, seus membros e a sociedade em geral. As pessoas categorizam a si e aos outros, criando diferenciações intragrupo e intergrupo. Ao fazê-las, elas buscam alinhar os seus pontos de vista com o seu endogrupo (grupo interno) e se diferenciar dos exogrupos (grupos externos) (Brewer, 2010; Tajfel, 1981). Na política não é diferente.

Os grupos diferem entre si em muitos aspectos (Brewer, 2010). Alguns grupos se formam espontaneamente e existem apenas brevemente, enquanto que outros são deliberadamente criados e estruturados formalmente como os partidos políticos. A reunião de indivíduos torna-se literalmente um grupo quando os membros ou as pessoas fora do grupo, rotulam aquele coletivo como um grupo (Tajfel, 1981). No mundo político, os partidos funcionam como endogrupos e exogrupos. Aqui, nós utilizamos a identificação partidária como uma função que incorpora percepções tanto intragrupo como intergrupo.

Grupos, Identificação e Competição Intergrupos

Teorias de relações intergrupais fornecem uma poderosa ferramenta para se estudar a identificação partidária. Com base nos critérios mais triviais para a

diferenciação (por exemplo, jogar uma moeda), as pessoas formam fortes predisposições intragrupo (Nicholson, 2012). O desejo de diferenciar-se de um grupo externo pode até mesmo motivar os indivíduos alterar os traços de personalidade (*self-stereotyping*) na direção oposta do exogrupo (Nicholson, 2012)

De acordo com a teoria da identidade social (e.g. Brewer 2007; Huddy 2001), as pessoas classificam a si mesmos e outros a quem eles percebem como semelhantes como pertencentes ao endogrupo e classificam aqueles que percebem como diferentes ao exogrupo. A consciência da existência de outros grupos pode gerar um processo de comparação entre “nós” e “eles”. Assim, frequentemente indivíduos são cooperativos em direção aos seus grupos (endogrupos) e tendem a menosprezar os membros dos outros grupos (exogrupos) (Tajfel, 1981). Existe um viés intergrupar, quando as pessoas avaliam a associação ao seu grupo como importante, elas são mais propensas a concordar com a opinião dominante dentro do seu grupo e discordar das opiniões dos membros do outro grupo, e como resultado, mudam seus pensamentos como forma de reduzir a dissonância cognitiva (Brewer, 2010).

O grau de identificação depende crucialmente da ideia de “ajuste comparativo” (*comparative fit*), o conceito sugere que os indivíduos se classificam em grupos não apenas quando eles acham se assemelham, ou se encaixam, naquele grupo, mas também quando eles acreditam que seu grupo difere de outros grupos (Lupu, 2013). Quanto mais a participação no grupo maximiza as semelhanças entre os indivíduos membros do grupo, bem como as diferenças com os membros de fora, mais provável é um indivíduo de se identificar com o endogrupo (Lupu, 2013).

As identidades sociais são construídas não apenas na afinidade do endogrupo, mas também sobre as diferenças dos exogrupos (Lupu, 2013). E com partidos políticos não é diferente. Ambos vieses intergrupais de endo- e exogrupos estão enraizados no comportamento humano e ajudam a delinear e manter os limites dos grupos: os indivíduos têm incentivos para acentuar as diferenças entre os grupos, destacando as semelhanças do seu grupo e as diferenças do grupo externo (Abrams e Hogg, 1990).

Polarização e partidarismo

Identificação partidária é claramente um tipo de identidade social, uma vez que as pessoas facilmente categorizam-se em grupos a partir da mais trivial das diferenças. A força dos sentimentos partidários, por sua vez, pode estar relacionada à

existência ou não de divisões ideológicas relevantes tanto ao nível das elites quanto das massas. Conforme observa Nicholson (2012), na presença de candidatos ideologicamente extremos os eleitores têm maiores incentivos não apenas para concordar com seu próprio grupo mas também para discordar do grupo adversário. De forma análoga, em ambientes menos competitivos e polarizados, os vieses intergrupais de endogrupo serão mais relevantes para definir a identidade partidária.

Analisando a evolução das taxas de identificação partidária nos EUA desde os anos 1950, Bartels (2000) associa o incremento da proporção de eleitores que se autodeclararam republicanos ou democratas ao crescente partidarismo e polarização ao nível das elites desde a década de 1970. Desde então, os partidos passaram a dividir mais claramente o eleitorado, especialmente no que diz respeito às questões morais e culturais (Fiorina e Abrams, 2008).

Lupu (2014) identificou processo exatamente oposto àquele observado nos EUA em sua análise de diversos casos de enfraquecimento das clivagens partidárias na América Latina. Ou seja, as identidades partidárias se diluem quando os principais partidos convergem nas suas posições ou adotam políticas inconsistentes com as suas agendas tradicionais. O resultado disso é que os eleitores perdem a capacidade de diferenciar os partidos, o que por sua vez leva a uma redução na intensidade e amplitude da identificação partidária no eleitorado.

O que se pode concluir é que a estrutura da competição política afeta a força e a estabilidade das preferências partidárias. Quando a competição é polarizada e os partidos defendem posições claramente distintas entre si, aumenta a probabilidade de os eleitores conseguirem se posicionar e desenvolver preferências claras frente às agremiações políticas.

Mas o que vem a ser exatamente polarização? As definições e medidas empíricas de polarização do público variam, mas a maioria das definições referem-se a dois conceitos (Hill e Tausanovitch, 2015). Primeiro, a polarização é divergência em ideologia política entre os membros do público. Por exemplo, se mais membros do público estão nas extremidades ou se menos membros do público ocupam o meio de distribuição, o público está mais polarizado¹. Em segundo lugar, a polarização aumenta a separação de grupos claramente definidos, por exemplo, os democratas tornando-se mais liberais e republicanos mais conservadores nos EUA (Hill e Tausanovitch, 2015). Em um eleitorado polarizado, a população está concentrada em

¹ Distribuições dispersas de opinião não significam necessariamente polarização.

torno de alguns pontos da distribuição, especialmente nos dois extremos da distribuição (Fiorina e Abrams, 2008)

Medir a polarização do eleitorado é um desafio. Trabalhos anteriores chegam a conclusões divergentes, porque diferentes formas são usadas para medir a polarização, o que é problemático (Fiorina, 1981). Na literatura de opinião pública, diversas estratégias de mensuração já foram empregadas: examinar correlações entre a identificação partidária e ideologia; examinar a diferença de médias entre os grupos ou comparar a proporção total de respondentes pertencentes em cada categoria de uma escala; analisar o desvio padrão das pontuações combinadas de escalas de ideologia; mudança nos percentuais dos entrevistados ao longo do tempo; examinar a percentagem de respondentes que pertencem a uma determinada posição; etc.

Em suma, a (i) polarização é uma questão de grupos (ii) com dois ou mais grupos, a polarização aumenta quando a “dispersão dentro do grupo” é reduzida, e (iii) a polarização aumenta quando a distância entre os grupos cresce (Fiorina e Abrams, 2008). Ainda que identificação partidária e polarização sejam fenômenos distintos, em determinadas condições o aumento da polarização tende a favorecer o fortalecimento das identidades partidárias. Em especial, quando o processo de polarização aumenta a diferenciação dos partidos no eleitorado (polarização partidária), devemos obter como resultado preferências partidárias mais intensas.

1.2 Identificação partidária, eleições presidenciais e voto no Brasil

As pesquisas recentes sobre identificação partidária no Brasil demonstram que as taxas agregadas de preferência partidária se alteraram pouco desde a primeira eleição presidencial realizada em 1989 (Carreirão e Kinzo, 2004; Kinzo, 2005; Samuels, 2008). Na média, os eleitores que se identificam com algum partido representam pouco menos da metade do total, em torno de 46% para o período 1989-2002. A principal mudança que ocorreu neste período foi o crescimento do Partido dos Trabalhadores, que saltou de cerca de 9% das preferências em 1989 para 18% em 2002. Por outro lado, o PMDB perdeu espaço nas preferências do eleitorado: a taxa de identificação com este partido caiu de 19% em 1989 para 9% em 2002 (Carreirão e Kinzo, 2004).

Muito embora as taxas de identificação partidária verificadas no Brasil em meados dos anos 2000 fossem semelhantes ou um pouco superiores àquelas observadas em outras democracias jovens da América Latina e do Leste Europeu (Braga e Pimentel Jr, 2011), o único partido com taxas superiores a 10% do eleitorado

era o PT. Em boa medida, o bem sucedido esforço realizado por esta legenda na construção de uma organização de massa, dotada de ideologia e programa coerente, é fator explicativo relevante da manutenção das taxas agregadas de preferência partidária não obstante a queda, ou ausência de crescimento dos demais partidos (Carreirão e Kinzo, 2004; Samuels, 2008).

Estudo de Kinzo (2005, p. 76) sobre os determinantes da identificação partidária no Brasil demonstrou que eleitores com alta escolaridade e alto nível de conhecimento político têm maior probabilidade de expressar preferência por um partido. A razão para isso estaria na complexidade e baixa inteligibilidade do jogo eleitoral no Brasil. A elevada fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em razão da formação de coalizões pré e pós-eleitorais torna mais difícil a diferenciação dos partidos, exigindo uma predisposição para obter informação política que está ausente na maioria do eleitorado. Como resultado, a taxa de identificação partidária é baixa (Kinzo, 2005).

Não obstante os efeitos deletérios do sistema eleitoral de lista aberta e das coligações proporcionais sobre a inteligibilidade do processo político-partidário, há razoável consenso na literatura de que a eleição presidencial vem funcionando como âncora do sistema, conferindo estrutura e estabilidade ao sistema de partidos (Braga e Pimentel Jr, 2011; Limongi e Cortez, 2010; Limongi e Guarnieri, 2014; Melo e Câmara, 2012; Samuels e Zucco, 2014). O fato de que todas as eleições presidenciais desde 1994 vêm sendo polarizadas pelos mesmos partidos – PT e PSDB – aponta no sentido da simplificação e racionalização do quadro partidário. Para Limongi e Cortez (2010), a bipolaridade PT-PSDB vem sendo paulatinamente reproduzida nas eleições para governador, o por sua vez resulta na redução do número de partidos capazes de competir efetivamente. Esta tendência apontaria claramente para o papel estruturador da eleição presidencial sobre a competição partidária.

Melo e Câmara (2012), apesar de céticos quanto à possibilidade da eleição presidencial efetivamente servir como eixo organizador das disputas estaduais, sugerem haver, em torno de PT e PSDB, um núcleo duro de partidos aliados que desenvolvem estratégias na arena eleitoral e governativa ancoradas na disputa presidencial. Entretanto, a existência de um núcleo expressivo de partidos não-alinhados e de vocação office-seeking, que se apresentam como aliados de ocasião frente a governos tanto do PT quanto do PSDB, torna o quadro mais complexo e instável.

Mais recentemente, Borges e Lloyd (2016) demonstraram que, não obstante a simultaneidade de todas as eleições presidenciais e para governador disputadas entre

1994 e 2010, o grau de incongruência entre as votações nos dois pleitos no período permaneceu bastante elevado, em níveis comparáveis àqueles observados no período democrático 1945-1964 (quando as eleições nem sempre coincidiam e, quando coincidiam, não ocorriam em todos os estados). Neste sentido, as evidências sugerem que possíveis efeitos favoráveis à coordenação eleitoral decorrentes da coincidência entre os pleitos nacionais e estaduais são, provavelmente, muito mais fracos do que parece ser suposto na literatura.

No que diz respeito à sedimentação das lealdades partidárias, Braga e Pimentel (2011) fazem diagnóstico bastante otimista sobre o papel cumulativo desempenhado pela disputa presidencial. A partir dos resultados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), argumentam os autores que entre 2002 e 2010 caiu significativamente o percentual de eleitores que afirmam desconhecer os três maiores partidos brasileiros – PT, PSDB e PMDB –, especialmente entre os eleitores menos escolarizados. Além disso, ainda que as taxas de identificação partidária sejam baixas, na média, quando se utiliza uma medida de predisposições afetivas frente aos partidos, nota-se que percentual significativo dos eleitores consegue se posicionar frente aos dois principais partidos na arena presidencial. Em 2010, cerca de 45% e 23% dos respondentes do ESEB afirmaram gostar do PT e do PSDB respectivamente (Braga e Pimentel, 2011, p. 281-282). Para os autores, o crescimento das simpatias partidárias pelo PT e pelo PSDB seria evidência de que as eleições presidenciais vêm balizando a organização do sistema partidário no eleitorado.

Por sua vez, Samuels e Zucco (2014) demonstram que, apesar dos níveis agregados de identificação partidária serem comparativamente baixos, o partidarismo tem efeitos relevantes, ao menos para o PT e o PSDB. Usando métodos experimentais, os autores demonstram que a exposição à informação sobre as posições dos dois partidos afeta as atitudes de petistas e tucanos. Entretanto, o mesmo efeito não se verifica para eleitores não partidários. Em especial, o experimento encontrou evidências da existência de vieses do exogrupo sobre as atitudes dos eleitores partidários. Em outras palavras, saber sobre a posição do partido adversário impacta os posicionamentos de petistas e tucanos. Isso quer dizer que a competição partidária entre PT e PSDB é suficientemente estruturada para permitir que os eleitores partidários consigam se posicionar adequadamente frente aos issues e políticas públicas relevantes (Samuels e Zucco, 2014, p. 11).

Além da estabilidade da competição pela presidência, outra dimensão abordada na literatura sobre eleições presidenciais e identificação partidária diz respeito à vinculação entre as macro-políticas econômicas e sociais implantadas pelos

partidos à frente do poder nacional, seus impactos diferenciais sobre os distintos estratos sociais e, em consequência, sobre as preferências políticas. Essa vertente analítica parece se inspirar nos estudos sobre eleições críticas e realinhamentos eleitorais nos EUA. Um elemento chave dessa literatura é a ideia de que grandes mudanças nas políticas adotadas pelos presidentes e seus partidos atuam diretamente sobre a estrutura das clivagens políticas, contribuindo assim para alterar a distribuição das preferências partidárias no longo prazo (Schnattschneider, 1960; Sundquist, 2011).

A aplicação dessa teoria, ainda que nem sempre de forma explícita ou metodologicamente rigorosa, está presente nos trabalhos de Singer (2012; 2009) sobre a emergência do “lulismo”. O ponto de partida de Singer é a decisão do PT na eleição de 2002, de se mover rumo ao centro do espectro político, abraçando a ortodoxia econômica e deixando de lado a coerência ideológica em favor de alianças pragmáticas com partidos mais conservadores. Ao longo dos dois mandatos presidenciais de Lula (2003-2010), os governos do PT teriam construído um novo consenso social, combinando políticas econômicas ortodoxas e redistribuição de renda. Esse “redistributivismo conservador” seria o substrato da identificação do eleitorado pobre com a figura de Lula, permitindo a este angariar o apoio de uma base social muito mais ampla e heterogênea do que aquela tradicionalmente associada ao PT.

A formulação original de Singer foi objeto de muitas críticas, especialmente no que concerne à ausência de evidências em favor da tese do descolamento entre o “lulismo” e “petismo”. Ao contrário, os estudos empíricos mostram que a liderança de Lula ajudou a fortalecer a identificação com o PT entre os novos eleitores do partido. Além disso, a avaliação pessoal de Lula está fortemente vinculada à identificação partidária, ou seja, quanto mais um eleitor gosta de Lula maior a probabilidade de ele também se identificar com o PT e vice-versa (Baker et al., 2016; Cabello e Rennó, 2010). Apesar dessas limitações, entretanto, a tese do “lulismo” encontra respaldo parcial em diversos outros estudos que identificam na eleição de 2006 um processo de realinhamento eleitoral. Naquele ano, pela primeira vez desde 1989, a votação de Lula na eleição presidencial apareceu negativamente associada a variáveis como renda, escolaridade, urbanização e desenvolvimento humano. Para muitos analistas, políticas sociais como o Bolsa Família teriam permitido ao presidente Lula adicionar à base social original do PT – setores organizados do mundo do trabalho, funcionalismo público, movimentos sociais e intelectualidade - estratos sociais marginalizados que até então não apresentavam identidade com o partido (Holzhacker e Balbachevsky,

2007; Hunter e Power, 2007; Samuels, 2008; Zucco, 2008). Por outro lado, a crescente moderação ideológica do partido e a perda da sua reputação como partido da ética, especialmente após o escândalo do “mensalão” em 2006, resultaram no desencanto e abandono do partido por parte da militância (Baker, 2016).

Diversas pesquisas sobre geografia do voto mostraram essa transformação em termos da rápida e crescente interiorização do apoio eleitoral ao PT. Nas regiões Norte e Nordeste, onde o partido concentrava suas votações nas capitais e grandes cidades até 2002 (Limongi e Guarnieri, 2014), o processo de interiorização veio acompanhado de desempenhos acima da média dos candidatos presidenciais do partido em todas as eleições realizadas entre 2006 e 2014. De forma análoga, o PSDB perdeu espaço no Nordeste, passando a obter suas maiores votações nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Nicolau, 2014; Soares e Terron, 2008; Vale, 2015).

Para Reis (2014) as transformações dos padrões de votação do PT e do PSDB seriam evidência de uma crescente polarização partidária. Para ele, as estratégias de campanha agressivas adotadas por PT e PSDB em 2014, bem como a disputa extremamente apertada no 2º turno, com vitória da candidata governista por pequena margem de votos, seriam nada mais do que a coroação de um paulatino processo de estruturação da competição à presidência em torno de clivagens de classe. Na mesma linha de análise, alguns analistas enxergam no surgimento de um ativismo político de direita, bem como no persistente crescimento eleitoral de candidatos e partidos ligados a agendas conservadoras na Câmara dos Deputados, evidência de polarização alimentada por um crescente sentimento anti-petista entre os setores médios da sociedade. Para Couto (2014) a redistribuição realizada pelos governos do PT em favor dos mais pobres teria gerado a um só tempo, uma maior identificação entre as classes desfavorecidas e o partido, e uma perda de apoio entre as classes médias. Para este último autor, o anti-petismo estaria associado ao ressurgimento de uma direita autoritária e extremista, revelada nas manifestações de junho de 2013.

Cavalcante (2015), por sua vez, apresenta como principais causas do anti-petismo da classe média mudanças na estrutura econômica e social que provocaram perdas materiais e simbólicas para este estrato. Em paralelo à expansão das matrículas no ensino superior, a dinâmica do mercado de trabalho e do crescimento econômico ao longo dos governos do PT, com a predominância de novos empregos de baixa qualificação, levou a uma redução dos diferenciais de salários entre profissionais com e sem nível superior. Com isso atingiu-se um dos mecanismos centrais para a reprodução da classe média, qual seja, o investimento na educação

dos filhos. Esses mecanismos se veriam atingidos ainda pela introdução de cotas sociais e raciais para acesso à universidade pública (Cavalcante, 2015, p. 191-92).

De modo geral, a literatura recente sobre identificação partidária e eleições presidenciais no Brasil parece apontar para duas tendências convergentes do ponto de vista da organização dos partidos no eleitorado. De um lado, um fortalecimento dos sentimentos partidários associados aos dois principais partidos que competem pela presidência. Esse processo se caracterizaria, em alguma medida, pela "internalização" da bipolaridade PT-PSDB pelos eleitores.

Por outro lado, a literatura aponta para um processo de polarização partidária, motivado em parte por uma reação dos setores médios da sociedade contra as políticas públicas redistributivas levadas a cabo pelo PT. Ou seja, cada vez mais as divisões partidárias estariam associadas às divisões sociais, de modo que os eleitores identificados ao PT (PSDB) seriam cada vez mais semelhantes entre si, e cada vez mais diferentes daqueles identificados ao PSDB (PT).

A partir dessa discussão, podemos extrair duas hipóteses da literatura:

H1: Ao longo do tempo, devemos observar um incremento do escopo e intensidade dos sentimentos partidários frente aos principais partidos presidenciais. Em especial, esperamos que haja um crescimento da proporção de eleitores que diferenciam claramente entre o PT e o PSDB, manifestando sentimentos positivos com respeito ao partido da sua preferência e negativos com respeito ao partido adversário.

H2: Também esperamos que tenha havido um aumento do grau de diferenciação das atitudes dos eleitores que simpatizam mais fortemente com PT e PSDB entre 2002 e 2014. Ou seja, devemos observar um crescimento da polarização partidária no período.

Se H1 e H2 forem corretas, devemos esperar também um maior impacto dos sentimentos partidários sobre o voto. De forma similar ao observado pela literatura norte-americana nas últimas décadas (Bartels, 2000), a crescente diferenciação dos partidos no eleitorado se associaria inevitavelmente a uma maior força do partidarismo, com a redução do peso dos eleitores independentes ou indiferentes aos partidos.

No caso brasileiro, onde o sistema de eleição em dois turnos favorece a entrada de terceiros candidatos na disputa presidencial, a redução do peso dos eleitores indiferentes poderia ter como resultado o paulatino esvaziamento da

viabilidade eleitoral de forças alternativas ao PT e ao PSDB. Se for verdade que se ampliou o número de eleitores que simpatiza com um desses dois partidos, então restaria às demais forças políticas disputar o voto de um segmento decrescente e altamente volátil de eleitores não partidários. Vale notar que a intensidade das preferências partidárias também deve jogar papel importante nesse processo, uma vez que a eleição em dois turnos permite que o eleitor se comporte de forma estratégica. Isto é, é possível ao eleitor escolher um candidato não filiado ao partido da sua preferência, mesmo sabendo que este terá pouca ou nenhuma chance de chegar ao segundo turno, com o objetivo de sinalizar, por exemplo, seu descontentamento para o seu candidato preferido. Rennó e Hoepers (2010) argumentam que o voto estratégico pode ser de caráter punitivo, tendo como objetivo forçar o segundo turno e não necessariamente dar a vitória a um outro candidato que seja tido como mais preferido. Alternativamente, o voto estratégico poderia ocorrer porque o eleitor gostaria que o seu candidato preferido acolhesse, num provável segundo turno, determinadas agendas presentes na campanha desse terceiro candidato.

Independente de qual seja a motivação do voto estratégico, parece razoável supor que este tenderá a acontecer mais frequentemente entre eleitores que simpatizam apenas fracamente com determinado partido. Em outras palavras, um eleitor com preferências intensas por determinado partido, terá menor probabilidade de escolher um outro candidato no 1º turno, mesmo que este seja ideologicamente próximo. Aplicado ao caso brasileiro, este raciocínio nos levaria a supor que, quanto maior a força dos sentimentos partidários pelo PT e PSDB, menor a probabilidade dos eleitores destes partidos votarem em terceiros candidatos na primeira etapa da eleição presidencial.

Vale notar, porém, que as análises empíricas sobre os determinantes do voto presidencial no Brasil não são conclusivas com respeito aos impactos do partidarismo. Autores como Braga e Pimentel (2011) fazem argumento em favor da consolidação das lealdades partidárias, que estariam cada vez mais contribuindo para estruturar a competição pela presidência. A partir de análises estatísticas multivariadas para as eleições de 2002, 2006 e 2010, concluem que a capacidade explicativa da simpatia pelo PT e PSDB se ampliou ao longo do tempo, em detrimento de outras variáveis explicativas, como perfil socioeconômico do eleitor. Outros estudos, como os realizados por Rennó (2007), Cabello e Rennó (2010) e Peixoto e Rennó (2011), enfatizam fatores de curto prazo, como a avaliação geral do governo e os impactos redistributivos das políticas governamentais, como elementos de grande importância para entender os resultados dos pleitos presidenciais.

Dessa discussão, podemos extrair mais duas hipóteses (H3 e H4), explicitadas abaixo:

H3: Ao longo do tempo devemos observar um incremento da capacidade dos sentimentos partidários de explicar o voto na eleição presidencial, em detrimento de fatores de curto prazo.

H4: Em decorrência de H1 e H3, esperamos observar ao longo do período 2002-2014 um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos, entre simpatizantes do PT e PSDB, no 1º turno das eleições presidenciais.

2. Uma proposta de classificação dos eleitores: partidários, moderados e indiferentes

Dadas as definições de polarização e partidarismo aqui adotadas, empregamos uma medida de identificação partidária que incorpora tanto no grupo as percepções de endogrupo como de exogrupo. Nossa medida capta não só as diferenças intergrupo (ou distâncias), mas também a coesão intragrupo. Assim, a intensidade dos sentimentos partidários é uma função da distância dos sentimentos intergrupo, homogeneidade do grupo e do tamanho dos grupos. Utilizamos nesta operacionalização a questão do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) que solicita ao respondente que se posicione numa escala de simpatia pelo partido, sendo a posição “Não gosta nem um pouco” igual a 0 (zero), e a posição “Gosta muito” igual a 10 (dez). A mesma questão está presente em todos os ESEB realizados entre 2002 e 2014, o que permite a comparação intertemporal.

Para as análises realizadas neste artigo decidimos em favor da exclusão do ESEB realizado em 2006. A justificativa para tal é que o estudo realizado naquele ano contou com uma amostra muito inferior aos demais anos, de apenas 1000 respondentes. Em 2002, 2010 e 2014 o *N* foi de aproximadamente 2500, 2000 e 3100 respondentes, respectivamente. Considerando essas diferenças entendemos que as análises para o ano de 2006 tenderiam a apresentar menor confiabilidade, especialmente após a exclusão dos casos faltantes. Assim, a comparação entre os anos ficaria prejudicada, pois, a priori, as análises para os anos 2002, 2010 e 2014 deveriam ter uma probabilidade mais alta de efeitos estatisticamente relevantes.

Para construir a escala de sentimentos partidários, calculamos a diferença entre os escores atribuídos ao PT e ao PSDB pelo eleitor. A escala consegue, assim,

o seu valor máximo quando a distância entre PT e PSDB está nos extremos, com o indivíduo gostando muito de um partido e não gostando do outro, o que chamamos de eleitor “Petista” ou “Tucano” puro. Classificamos como partidários puros todos os casos em que a distância foi maior que 6 para os petistas, e menor que -6 para os tucanos. Cumpre observar que esta operacionalização garante que o eleitor tenha atribuído o escore máximo de 3 ao partido adversário àquele de sua preferência (sendo 10 o escore do partido preferido) e mínimo de 7 para o seu partido de preferência (sendo zero o escore do outro partido).

Os eleitores ditos “moderados” atingem valor 1 (um) se as diferenças de gosto entre os partidos são mais modestas, em torno do meio da escala, com valores absolutos entre 4 e 6. Os demais eleitores foram classificados como indiferentes. Cabe notar, porém, que respostas como “não sabe”, “não respondeu”, “não conhece” foram codificados como *missing*, ou seja, decidimos não codificar os eleitores desinformados como indiferentes. Felizmente, o percentual de eleitores que consegue se posicionar frente aos dois partidos é elevado em todas as eleições analisadas, ultrapassando sempre 80% do total.

Uma vez calculados os escores para cada respondente nos anos de 2002, 2010 e 2014, atribuímos o valor +2 para o “Petista puro” e -2 para o “Tucano puro”, +1 para “Petista moderado” e -1 para o “Tucano moderado” e 0 para o eleitor dito “Indiferente”.

A figura 1 abaixo apresenta a evolução do partidarismo ao longo dos anos 2002, 2010 e 2014. Os eleitores foram agrupados em três categorias: partidários extremos, partidários moderados e indiferentes.

[inserir figura 1]

A partir desse primeiro resultado, já percebe-se que os eleitores ditos indiferentes são a maior parcela do eleitorado e compõem quase metade da distribuição em todos os anos aqui analisados, ou seja, grande parte da população está no meio. A Figura 2 abaixo apresenta a evolução da identificação partidária ao longo dos anos 2002, 2010 e 2014 diferenciando partidários do PT e do PSDB. Os resultados mostram que o percentual de eleitores que simpatizam com o PSDB cresceu no período, embora não tenha conseguido superar o PT em nenhum dos anos analisados. O PT teve uma queda considerável ao longo dos anos passando de 28% (2002) para 19% (2014) dos entrevistados classificados como partidários extremos e moderados.

[inserir figura 2]

Em paralelo à queda no percentual de petistas, observamos uma ampliação da proporção de eleitores que rejeitam o PT entre 2002 e 2014. O percentual de respondentes que afirmam não gostar do partido (valores de 0 a 3 na escala do ESEB) cresceu de 16% em 2002 para 34% em 2014. Parte desse grupo apresenta simpatia partidária pelo PSDB, o que certamente explica o crescimento da legenda nas preferências do eleitorado. Entretanto, a soma dos eleitores classificados como tucanos moderados e extremos em 2014 chegava a apenas 16.4% do total. Isso quer dizer que a outra metade do eleitorado anti-petista não simpatiza com PSDB ou simplesmente não conhece ou não possui informação suficiente para avaliar o principal adversário do PT.

Considerando a relevância desse último grupo, que denominamos de "anti-petistas independentes", fizemos uma alteração na nossa escala de sentimentos partidários incluindo todos os eleitores anti-petistas, incluindo aqueles que não souberam avaliar o PSDB. Nesta segunda operacionalização, os casos de não sabe/não conhece não incorporados na categoria anti-petista foram colocados na categoria residual "indiferentes".

[inserir figura 3]

Como se vê na figura 3, o total de anti-petistas independentes cresceu significativamente em 2014. Naquele ano, este grupo representava proporção quase idêntica ao de partidários extremos, em torno de 17% da população. Vale notar porém que em todas as eleições analisadas o percentual de independentes dentro do grupo de eleitores que não gostam do PT não variou muito, oscilando entre 50% e 55% do total. O restante desse grupo é composto por tucanos moderados e extremos. Em resumo, os dados sugerem que o PSDB consegue mobilizar apenas cerca de metade do eleitorado anti-petista, o que explica porque a queda do PT em termos das preferências do eleitorado não resultou em crescimento análogo do seu maior adversário.

As evidências empíricas apresentadas até aqui não corroboram a Hipótese 1 (H1), qual seja, que teria havido, ao longo do período em análise, um aumento do escopo e intensidade dos sentimentos partidários com respeito ao PT e PSDB. Independente da operacionalização escolhida para as nossas medidas de simpatia partidária - excluindo ou incluindo os eleitores que não responderam as questões do ESEB, ou disseram não conhecer o PT ou o PSDB (ou ambos) - o grupo dos eleitores

indiferentes é o mais expressivo de todos, representando em torno de 40-50% do total da amostra. Não houve no período crescimento expressivo dos eleitores classificados como partidários, tendo ocorrido algumas pequenas oscilações entre os anos. Dentro do grupo de eleitores partidários, além disso, não houve aumento significativo do conjunto de eleitores com preferências mais intensas (tucanos e petistas extremos). O total de eleitores partidários extremos variou de um mínimo de 17% em 2014 a 21% em 2010. Em resumo, não há qualquer evidência que sugira estar em curso processo de crescimento do partidarismo estimulado pela estabilização da competição pela presidência.

A seguir, realizamos um série de análises descritivas e testes de diferença de médias para testar a Hipótese 2 (H2). Relembrando, essa hipótese afirma que teria ocorrido nos últimos anos um aumento da polarização partidária, atrelada à polarização da disputa presidencial.

Iniciamos a verificação empírica desta assertiva checando em que medida as simpatias partidárias se correlacionam com as posições ideológicas dos eleitores. Para fins de comparação do posicionamento ideológico de cada um dos grupos presentes na nossa escala de partidarismo, calculamos as médias de auto-posicionamento ideológica na escala do ESEB (0 para esquerda, 10 para direita) para os anos de 2002 e 2014. A Figura 4 abaixo mostra a evolução das médias ao longo do tempo.

[inserir figura 4]

O gráfico acima mostra que as diferenças ideológicas entre petistas e tucanos extremos se reduziram ao longo do tempo, uma vez que o primeiro grupo se tornou mais de direita, possivelmente em razão da maior moderação ideológica do PT após a chegada à presidência. Em 2002, a relação entre a escala de partidarismo e a ideologia é quase linear, com as médias decrescendo sistematicamente à medida que passamos do tucano extremo para o petista extremo. Em 2014 essa relação já não é mais tão clara, o que mostra uma maior convergência ideológica entre os grupos.

É preciso notar, porém, que as médias de posicionamento ideológico são uma medida pouco confiável por conta da elevada taxa de não resposta. Um percentual muito elevado de respondentes, entre 40% e 60% não soube se posicionar na escala ideológica. Para lidar com este problemas, utilizamos também as respostas a diversas questões sobre atitudes políticas presentes no ESEB sobre intervenção do estado na economia, redistribuição, gasto público e impostos, que permitem verificar em que

medida os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB se diferenciam entre si em relação a *issues* políticos. A vantagem de utilizar este tipo de questão é que a taxa de não resposta é muito mais baixa e, presumivelmente, a capacidade dos respondentes de entender e responder de forma correta é maior relativamente à pergunta sobre posicionamento ideológica.

Infelizmente, as questões presentes nos ESEB realizados em 2002, 2010 e 2014 não são as mesmas, com poucas exceções, o que prejudica a comparação. Para ter uma ideia da evolução das posições do eleitorado, utilizamos uma questão que foi repetida em 2010 e 2014, sobre redução de impostos e gastos públicos. Além disso, comparamos as respostas dadas a perguntas sobre intervenção do estado na economia em 2002 e 2014. Em 2002 foram realizadas várias questões sobre propriedade estatal em diversas áreas como telecomunicações e energia elétrica. Já em 2014 foi feita uma questão única. Para fins de comparação, calculamos a média das respostas às questões do ESEB 2002 (as escalas são as mesmas). Os resultados são apresentados na tabela 1 abaixo:

[inserir tabela 1]

A variação nas médias ao longo do tempo mostra que os eleitores se tornaram mais favoráveis a uma redução da propriedade estatal na economia, e mais favoráveis à redução de gastos públicos e impostos. Entretanto, uma vez que as escalas variam de 1 a 5, sendo 1 o grau máximo de concordância, e 3 o meio da escala, pode-se inferir que o eleitor médio adota posições moderadas, de centro-direita ou centro-esquerda. Por exemplo, no caso das questões sobre propriedade estatal na economia, a posição do eleitorado em 2014 era moderadamente favorável a uma maior participação do Estado, apesar da redução em relação a 2002.

A seguir, apresentamos um teste simples de diferença de médias das respostas às questões apresentadas acima e mais um conjunto adicional de perguntas realizadas em apenas um ou outro ano, para os extremos da escala de partidarismo (tucano extremo x petista extremo). Incluímos perguntas sobre cotas raciais nas universidades, privatizações e sobre redistribuição de renda. Infelizmente, as perguntas sobre redistribuição realizadas em 2010 e 2014 são muito diferentes entre si, o que exige certa cautela na comparação.

[inserir tabela 2]

Congruente com os resultados relativos ao posicionamento ideológico dos eleitores tucanos e petistas, os testes de diferenças de médias sugerem que não há

polarização entre estes dois grupos sobre *issues* políticos. Na maior parte dos casos, as diferenças são pequenas e não apresentam significância estatística. Os únicos *issues* que parecem diferenciar petistas e tucanos são as cotas raciais nas universidades e a privatização. Mas mesmo nestes casos, as diferenças entre as médias são de pequena magnitude.

E quanto aos eleitores anti-petistas independentes? Não seria o seu crescimento em relação ao total do eleitorado evidência de maior polarização? Para testar essa hipótese, comparamos as médias de posicionamento ideológico dos independentes em relação aos tucanos moderados e extremos. Curiosamente, em todos os anos, as médias dos anti-petistas independentes são mais baixas do que as médias atribuídas aos tucanos. Isso quer dizer que o primeiro grupo adota posições mais de esquerda do que os eleitores simpatizantes do PSDB. As diferenças entre independentes e tucanos extremos são estatisticamente significativas em todos os anos.

[inserir tabela 3]

Vale notar ainda que, ao longo do tempo, os anti-petistas independentes se aproximam do centro da escala de posicionamento ideológico, movendo-se em direção à esquerda. Os dados de 2014 mostram que a maioria dos eleitores deste grupo, em torno de 30% do total, se posiciona exatamente no meio da escala ideológica. Os percentuais equivalentes são 18.7% e 11.9% para os petistas e tucanos extremos, respectivamente.

Realizamos testes adicionais comparando as respostas às perguntas presentes na tabela 2 dadas por petistas extremos e anti-petistas independentes e não encontramos significância estatística em nenhum dos casos, exceto no grau de apoio à privatização, que é um pouco maior entre o segundo grupo². De modo geral, as diferenças entre petistas e anti-petistas independentes são ainda menos significativas do que aquelas observadas entre os petistas e os tucanos extremos. Uma possível explicação para estes resultados é que os anti-petistas incluem não só eleitores de centro-direita, mas também eleitores moderadamente de esquerda decepcionados com os rumos tomados pelo PT nas arenas eleitoral e governativa nos 12 anos à frente da presidência completados no último ano da série.

² Por razões de espaço, não apresentamos nem discutimos em maior detalhe esses resultados aqui. As tabelas podem ser obtidas junto aos autores.

As evidências empíricas extraídas do ESEB não corroboram o argumento que associa o crescimento do anti-petismo a uma revolta da classe média contra políticas redistributivas implementada pelo PT à frente da presidência. Se correta esta hipótese, esperaríamos observar diferenças marcantes nos posicionamentos de petistas e anti-petistas frente à política de cotas nas universidades públicas. Isso porque, conforme nota Cavalcante (2015), as cotas raciais e sociais afetam diretamente um dos mecanismos centrais para a reprodução da classe média, a capacidade de garantir o acesso dos filhos às melhores universidades do país. Apresentamos abaixo os percentuais de entrevistados que afirmaram concordar ou discordar muito da questão do ESEB 2014 sobre as cotas raciais, para as três categorias de anti-petistas na nossa escala: tucanos extremos e moderados, e independentes. Os petistas extremos são a categoria base de comparação.

[inserir tabela 4]

Dentre os anti-petistas, o único grupo que apresenta maior percentual de concordância do que a discordância com a afirmação de que as cotas prejudicam a meritocracia é a categoria de tucanos extremos. Além disso, os padrões de respostas de petistas extremos e anti-petistas independentes são muito similares e estatisticamente indistinguíveis. Em outras palavras, não podemos afirmar que as cotas raciais são uma questão que polariza as opiniões de petistas e anti-petistas, dada a heterogeneidade do último grupo.

De modo geral, os resultados apresentados nesta seção refutam cabalmente a Hipótese 2 (H2). Ou seja, não há evidências concretas relativas a um suposto aumento da polarização partidária nos últimos anos. Pelo contrário, as diferenças atitudinais entre petistas e tucanos são de pequena monta, e a distância ideológica entre os extremos da escala de partidarismo se reduziu ao longo do tempo. Além disso, não há evidências em favor da tese de que o crescimento do anti-petismo estaria associado ao fortalecimento de uma suposta direita extremista. O grupo de eleitores anti-petistas é extremamente heterogêneo e o seu segmento mais de direita – os tucanos extremos – não apresentou crescimento significativo em relação ao conjunto do eleitorado e nem adotou posições mais conservadoras ao longo do

tempo³. Por fim, e não menos relevante, é o fato de que a grande maioria do eleitorado, em torno de 35% a 48%, dependendo da forma de classificação, se encaixa no grupo de indiferentes.

3. Modelos multivariados

Esta seção desenvolve uma série de modelos multivariados para estimação dos determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais. A variável dependente foi dividida em quatro categorias, sendo a categoria base o voto em candidatos não filiados ao PT ou ao PSDB. As demais categorias são: voto branco/nulo (1); voto no PSDB (2); voto no PT (3). Estimamos modelos multinomiais *logit* para as eleições de 2002, 2010 e 2014, tendo como principais variáveis independentes as medidas de simpatia partidária pelo PT e pelo PSDB. Cada modelo tem duas variáveis ordinais – *partidário extremo* e *partidário moderado* – que dividem o eleitorado em três categorias: 0 para indiferente; -1 para tucano moderado/extremo e; +1 para petista moderado/extremo.

Para controlar possíveis efeitos do voto retrospectivo incluímos em todas as equações uma medida de avaliação dos últimos quatro anos de governo. A nossa expectativa é que os candidatos governistas se beneficiem de uma boa avaliação, sendo o oposto verdadeiro para candidatos de oposição. Conforme a Hipótese 3 (H3), esperamos observar ao longo do tempo uma menor probabilidade de voto em terceiros candidatos entre os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB. Entretanto, uma vez que a eleição direta do chefe do Executivo favorece o voto pessoal, um dos fatores explicativos da força eleitoral de terceiros candidatos é o quanto estes são bem avaliados pelos eleitores. Assim, introduzimos como controle uma medida de avaliação dos candidatos com a terceira maior votação no 1º turno (*avaliação 3º candidato*). Em 2002 essa variável mede a avaliação de Anthony Garotinho; nos outros anos, a avaliação de Marina Silva.

Por fim introduzimos vários controles para as características pessoais dos eleitores. Considerando que os evangélicos têm apresentado comportamento eleitoral distinto frente aos demais eleitores e, além disso, tanto Garotinho quanto Marina Silva tiveram boa votação nesse segmento, incluímos uma *dummy* que assume valor 1 para os eleitores dessa orientação religiosa e 0 em todos os demais casos. Os controles restantes são os mesmos utilizados em larga medida em estudos de comportamento

³ Obviamente, não queremos dizer com isso que não existem eleitores de extrema direita no Brasil. O ponto aqui é que este grupo continua sendo uma minoria pouco relevante eleitoralmente e, por essa razão, não é possível encontrar qualquer efeito do extremismo sobre as estatísticas agregadas.

eleitoral: dummy para raça (branco=1; outros=0), escolaridade (escala ordinal retirada do ESEB), idade (variável escalar) e gênero (masculino=1; feminino=0).

A seguir apresentamos os resultados dos modelos multinomiais. Para facilitar a leitura das tabelas, incluímos apenas as equações estimadas para o voto nos candidatos do PT e do PSDB. As equações para a categoria voto nulo/branco podem ser consultadas no anexo.

[inserir tabela 4]

Conforme o esperado, as variáveis que medem a intensidade dos sentimentos partidários possuem um efeito forte e estatisticamente significativo em todos os anos. Vale relembrar que os eleitores simpatizantes do PSDB recebem valor -1 na escala, enquanto simpatizantes do PT recebem valor +1. Com isso, os coeficientes positivos para as variáveis *partidário extremo* e *partidário moderado* nas equações do PT significam que os eleitores petistas possuem maior probabilidade de votar no candidato do partido. De forma análoga, os coeficientes negativos na equação do PSDB significam que, quando as variáveis assumem valor -1, o sinal dos coeficientes se inverte e, portanto, aumenta a probabilidade de voto nos candidatos do partido.

No caso das demais variáveis, cabe a interpretação convencional em modelos multinomiais. Coeficientes negativos indicam associação com a categoria base. Por exemplo, os valores negativos para a medida de *escolaridade* indicam que, em todos os anos, eleitores com mais anos de estudo apresentaram maior probabilidade de votar em candidatos outros que não são filiados ao PT e ao PSDB. Há duas interpretações não-excludentes para esse resultado. Uma primeira interpretação é que eleitores mais escolarizados possuem mais informação política, o que os tornaria mais propensos a adotar um voto estratégico em relação aos eleitores de menor escolaridade. Uma segunda interpretação é que alguns dos candidatos que concorreram contra o PT e o PSDB nos anos de 2002, 2010 e 2014 tiveram maior apelo entre os eleitores mais escolarizados. Este parece ser o caso de Marina Silva em 2010 e 2014.

Considerando que a interpretação dos coeficientes de modelos com variáveis categóricas é bastante complexa, realizamos algumas simulações simples com o objetivo de determinar os impactos de mudanças na escala de partidarismo sobre a probabilidade de voto nos candidatos do PT e PSDB. A tabela 6 abaixo mostra o efeito de aumento na probabilidade de voto no candidato do PT quando nos movemos de um extremo ao outro das escalas de partidarismo extremo e moderado:

[inserir tabela 6]

Como se vê na tabela, em todos os anos os eleitores petistas apresentaram maior probabilidade de voto em candidatos presidenciais do partido do que os tucanos. Como esperado, as maiores diferenças são aquelas calculadas para as probabilidades de voto para petistas extremos e tucanos extremos. Em 2014, um eleitor petista extremo tinha uma probabilidade 68% maior de votar em Dilma Rousseff do que um eleitor tucano extremo. Já a diferença entre petistas e tucanos moderados era um pouco inferior em torno de 52%.

A tabela 7 a seguir mostra a mesma simulação, desta vez de forma invertida, para os candidatos do PSDB. Os resultados são similares àqueles observados para as probabilidades de voto nos candidatos do PT, com a importante diferença de que, no caso dos tucanos, nota-se um incremento expressivo nas probabilidades de voto em 2010 e 2014 em relação a 2002. De fato, em 2002 a probabilidade de voto em José Serra prevista para os tucanos extremos era 35% maior do que aquela prevista para os petistas extremos; a mesma diferença chegava a 72% em 2014. Uma peculiaridade das eleições de 2002 em relação às demais que poderia explicar esse resultado é o fato de que o eleitorado tucano dividiu o seu voto entre José Serra e outros candidatos não-petistas (Garotinho e Ciro Gomes), fato que não se repetiu nas eleições seguintes.

[inserir tabela 7]

Conforme a nossa terceira hipótese (H3), esperamos observar um aumento da capacidade explicativa das simpatias partidárias ao longo do tempo, em detrimento da capacidade explicativa de dimensões de curto prazo (variáveis de avaliação de governo e candidatos). Para testar essa hipótese, estimamos dois modelos adicionais. Um incluindo apenas as variáveis partidárias e outro incluindo apenas as medidas de avaliação. Em seguida, aplicamos o teste da razão de verossimilhança para determinar a melhoria no ajuste de cada um destes modelos em relação ao modelo nulo. Por fim, comparamos a redução na estatística -2LL obtida pelos modelos reduzidos em relação à redução obtida pelo modelo completo. Quanto mais alto o percentual obtido, tanto maior o poder explicativo das dimensões partidária e avaliativa isoladamente. A Figura 5 a seguir mostra a evolução da contribuição de cada uma dessas dimensões para o ajuste dos modelos:

[inserir figura 5]

O gráfico mostra que o poder explicativo da nossa escala de sentimentos partidários cresce ao longo do tempo, porém o mesmo é verdade para as medidas de avaliação. Assim, podemos dizer que a hipótese 3 encontra confirmação parcial. Ou seja, se por um lado é verdade que os sentimentos partidários ampliaram a sua capacidade de explicar o voto ao longo do tempo, por outro lado, isso não resultou em menor efeito dos fatores de curto prazo. A rigor, o que os resultados estatísticos mostram é que os efeitos das variáveis que mensuram características do eleitorado, incluindo escolaridade, raça, idade e gênero se tornam menos relevantes ao longo do tempo, enquanto cresce o impacto das medidas de avaliação e de sentimentos partidários.

Para verificar em que medida o voto anti-petista independente contribui para estruturar ou não a competição pela presidência no primeiro turno, testamos uma série de modelos adicionais. Uma vez que os resultados obtidos para as variáveis de características do eleitorado são virtualmente idênticos àqueles já observados na tabela 5, reportamos apenas os coeficientes para as dimensões partidárias e de avaliação. A tabela 8 a seguir apresenta os resultados das equações para voto no PT e no PSDB. Os resultados para a categoria voto branco/nulo podem ser consultados no anexo.

[inserir tabela 8]

Conforme o esperado, os anti-petistas apresentam menor probabilidade de voto nos candidatos do PT em relação a outros candidatos. Porém, é interessante notar que este segmento não apresenta maior propensão a votar nos candidatos do PSDB. No único ano em que o coeficiente para a equação do PSDB obteve significância estatística (2010), o sinal é negativo. Isto quer dizer que naquele ano os anti-petistas independentes rejeitaram tanto os candidatos do PSDB quanto do PT, votando em outros candidatos.

A tabela 9 abaixo mostra as diferenças de probabilidade de voto entre anti-petistas independentes e indiferentes para todas as categorias da variável dependente (voto no PT/PSDB/outros/voto branco ou nulo). Os resultados mostram que os independentes apresentam maior probabilidade de votar branco ou nulo, ou de escolher um terceiro candidato não filiado ao PT ou ao PSDB.

[inserir tabela 9]

Para testar a nossa quarta hipótese (H4), de que haveria ao longo do tempo um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos entre simpatizantes do PT e do PSDB, apresentamos a seguir um gráfico que apresenta a evolução das médias de probabilidade de voto para eleitores partidários, indiferentes e anti-petistas independentes.

[inserir figura 6]

De fato, ao longo do tempo os eleitores tucanos e petistas apresentam na média, menor probabilidade de votar em candidatos outros que não os filiados aos partidos de sua preferência. Vale ressaltar, porém, que essa redução se deve basicamente ao comportamento dos eleitores tucanos. Em 2002, a probabilidade de um tucano extremo ou moderado votar em um terceiro candidato era de cerca de 30%; este percentual caiu para 11% na eleição seguinte. Já os eleitores petistas apresentam probabilidades muito baixas em todas as eleições, nunca ultrapassando 12%.

Curiosamente, a curva dos eleitores indiferentes acompanha em alguma medida as médias de probabilidade dos eleitores partidários. Uma possível explicação para isso é o fato de que, em todas as eleições, sem exceção, o grupo dos indiferentes se dividiu entre os candidatos do PT, do PSDB, e do terceiro partido mais votado, conferindo vantagem sempre aos postulantes do PT. Em todas as eleições analisadas, os candidatos petistas obtiveram a maioria relativa dos votos dentro deste grupo, dividindo o restante das suas preferências entre o PSDB e o representante ou representantes da “terceira via”. Aparentemente, o eleitor indiferente parece recompensar candidatos de governos bem avaliados, a exemplo de Dilma Rouseff em 2010 e 2014, e punir aqueles que representam governos não tão bem avaliados assim (e.g. José Serra em 2002), fragmentando seus votos entre as alternativas disponíveis de candidatos de oposição.

Já os eleitores anti-petistas independentes apresentam as maiores médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos, o que significa que os eleitores anti-petistas independentes não só rejeitam o Partido dos Trabalhadores como também não encontram o PSDB como uma alternativa ao PT, e assim, tendem a votar na terceira opção disponível no pleito eleitoral, sobretudo em 2010 e 2014 em que as

diferenças de probabilidades são maiores. Isso mostra que os anti-petistas independentes não simpatizam com o PSDB e gravitam em torno do centro do espectro político, contrariamente à hipótese de uma associação entre o anti-petismo e o crescimento da direita, observamos que o eleitorado anti-petista é bastante heterogêneo, sem um perfil ideológico claro.

Como esperado, os eleitores partidários sempre apresentam as menores médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos, isto é, são os eleitores que mais votam na dualidade PT-PSDB de acordo com seu partidarismo. Portanto, confirmamos a quarta e última hipótese (H4): no período em análise houve um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos no 1º turno, entre os eleitores tucanos e petistas.

4. Conclusão

Com base em evidências observacionais e pesquisas recentes na política brasileira, submetemos ao teste empírico hipóteses presentes na literatura com que apontam para um crescimento da polarização partidário, alimentada pela estrutura da competição presidencial. Demonstramos a fragilidade empírica dessas hipóteses, especialmente no que diz respeito a um suposto crescimento da direita entre o eleitorado, mostrando que as diferenças não são tão grandes como geralmente presumidas. Além disso, ao contrário do que se supõe, a maioria dos indivíduos estão no mesmo lado sobre temas políticos.

Embora existam claras diferenças partidárias, estas não atingem um nível que justifica a afirmação que os eleitores se tornaram polarizados. A evolução do posicionamento ideológico dos eleitores petistas, tucanos e anti-petistas independentes demonstra, em primeiro lugar, uma crescente convergência ideológica do eleitorado, provavelmente em razão do movimento do PT em direção ao centro do espectro político. Em segundo lugar, e contrariamente à hipótese de uma associação entre o anti-petismo e o crescimento da direita, observamos que o eleitorado anti-petista é bastante heterogêneo, não apresentando perfil ideológico claro. Em particular, o grupo de anti-petistas independentes se diferencia ainda menos dos petistas do que os eleitores que apresentam simpatias mais intensas pelo PSDB.

No todo, frente aos resultados das análises empíricas, podemos concluir que não há evidências que comprovem a tese de um duplo movimento de ampliação da polarização e de aumento da intensidade dos sentimentos partidários nas eleições presidenciais. Por um lado, as análises estatísticas indicam que as simpatias pelo PT e pelo PSDB se tornaram, ao longo do tempo, preditores mais fortes e precisos do

comportamento dos eleitores na disputa presidencial. Por outro lado, não há evidências de que o eleitorado passou a se dividir de forma mais claramente partidária. Ao contrário, entre 2002 e 2014, houve uma pequena queda no percentual de eleitores classificados como partidários na escala que propomos, com relação ao total das amostras do ESEB. Por sua vez, o crescimento do anti-petismo no período não pode ser tomado como sinal de uma maior estruturação da competição partidária, em termos da oposição binária petista/anti-petista.

Os estudos sobre polarização fizeram grandes progressos, mas uma série de problemas analíticos ainda pode levar a interpretações erradas e equívocos. Endogeneidade é uma questão importante a ser considerada. Ao se medir sentimentos partidários no calor de uma campanha política (após a eleição, como o ESEB faz) pode-se exagerar a força da relação entre o partidarismo e comportamento eleitoral.

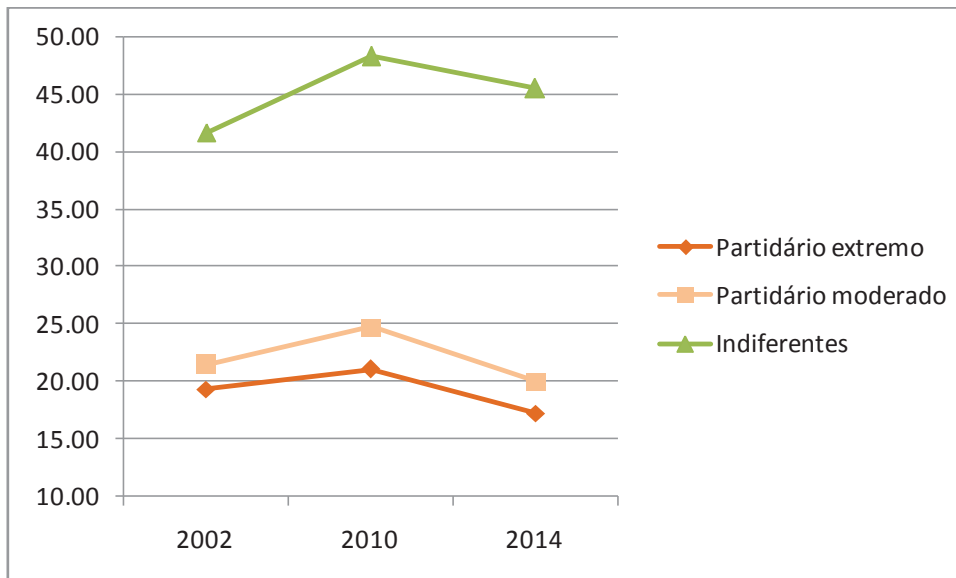
Os dados de cada ano do ESEB para o presente estudo foram coletados após as eleições, um período de partidarismo intensificado. Assim, se as expressões de sentimentos partidários no calor das eleições são significativamente contaminadas por avaliações de curto prazo ou intenções de voto, deveríamos observar efeitos mais fortes do que quando o partidarismo é medido em um período fora de campanhas e eleições. Entretanto, se mesmo com esses possíveis vieses não conseguimos encontrar qualquer evidência empírica de polarização, podemos dizer que nossas evidências contra essa hipótese são bastante robustas.

Como último ponto, cabe ressaltar que, se por um lado as evidências apresentadas neste estudo comprovam que as simpatias partidárias são fator explicativo importante do comportamento eleitoral, por outro lado não cabe falar em consolidação do sistema partidário presidencial no eleitorado. O crescimento do grupo de eleitores anti-petistas independentes, ao mesmo tempo em que se manteve em patamares elevados o percentual de votantes indiferentes no período em análise, sugere, ao contrário, que parte expressiva dos eleitores brasileiros não apresenta disposição em apoiar de forma consistente nenhum dos dois principais partidos na arena presidencial. De fato, os anti-petistas independentes são o segmento com maior tendência a apoiar terceiros candidatos no 1º turno, buscando alternativas ao PT fora do campo pessedebista. Além disso, dada a relevância numérica do grupo de indiferentes, que nas últimas eleições se dividiu entre PT, PSDB e a “terceira via” (porém com clara vantagem para os petistas), é evidente que nenhum candidato presidencial pode pensar seriamente em vitória sem conseguir o apoio deste segmento do eleitorado.

Disso tudo decorrem duas implicações. Primeiro, conforme já notado por vários outros autores (Borges, 2015; Cortez, 2009; Limongi e Guarnieri, 2014), a predominância do PT e do PSDB na arena presidencial resulta provavelmente menos do enraizamento desses partidos no eleitorado e mais da capacidade destas organizações de coordenar de forma eficiente alianças nacionais e subnacionais de modo a restringir a oferta de alternativas partidárias e reduzir a viabilidade de terceiras candidaturas. Em segundo lugar, o fato de que os eleitores indiferentes não apresentam perfil ideológico claramente diferenciado cria incentivos para que os candidatos à presidência busquem também evitar a adoção de posições extremas ou controversas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao grupo de eleitores anti-petistas independentes: ainda que rejeitem o PT, esse grupo não se diferencia significativamente dos simpatizantes do partido. Com isso, é provável que se encontrem entre as suas fileiras eleitores com agendas de centro-esquerda, não destoantes daquilo que sempre foi defendido pelo Partido dos Trabalhadores, mas que não parecem mais dispostos a acreditar na capacidade da legenda de levá-las adiante. Nesse sentido, um candidatura tucana ou de outro partido capaz de liderar o voto anti-petista provavelmente tenderá a ter mais sucesso buscando posições moderadas que consigam agradar tanto a eleitores mais conservadores, que simpatizam com o PSDB, quanto eleitores independentes de perfil mais de esquerda. Em resumo, em combinação com o sistema de dois turnos, que induz fortemente os partidos a mobilizar o eleitor mediano, a distribuição das preferências do eleitorado brasileiro torna improvável um cenário de aumento da polarização partidária nos próximos anos, não obstante os diagnósticos (equivocados) a respeito do crescimento do eleitorado de direita no Brasil.

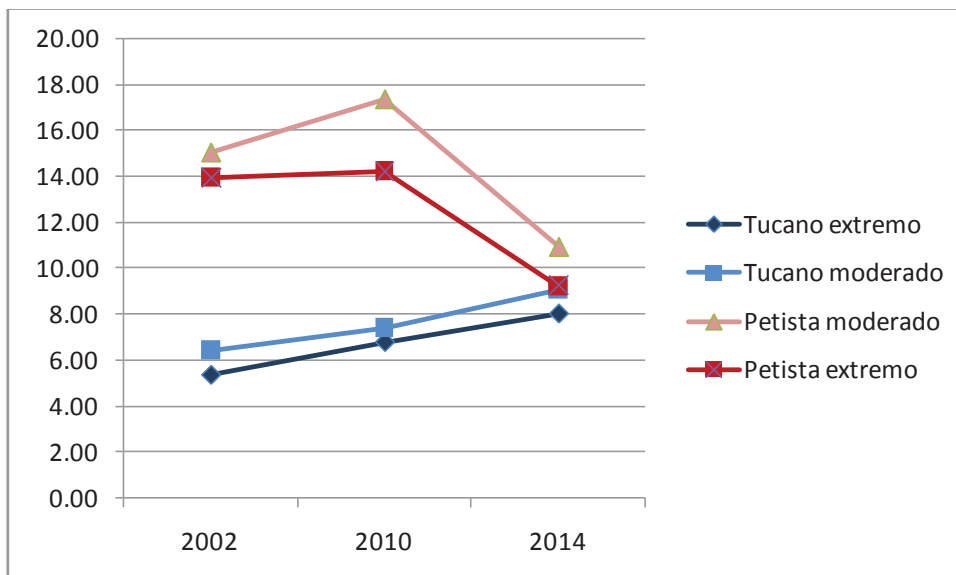
Tabelas e Figuras

Figura 1: Composição do eleitorado, conforme a intensidade dos sentimentos partidários por PT e PSDB (partidários extremos e moderados, e indiferentes), 2002, 2010 e 2014



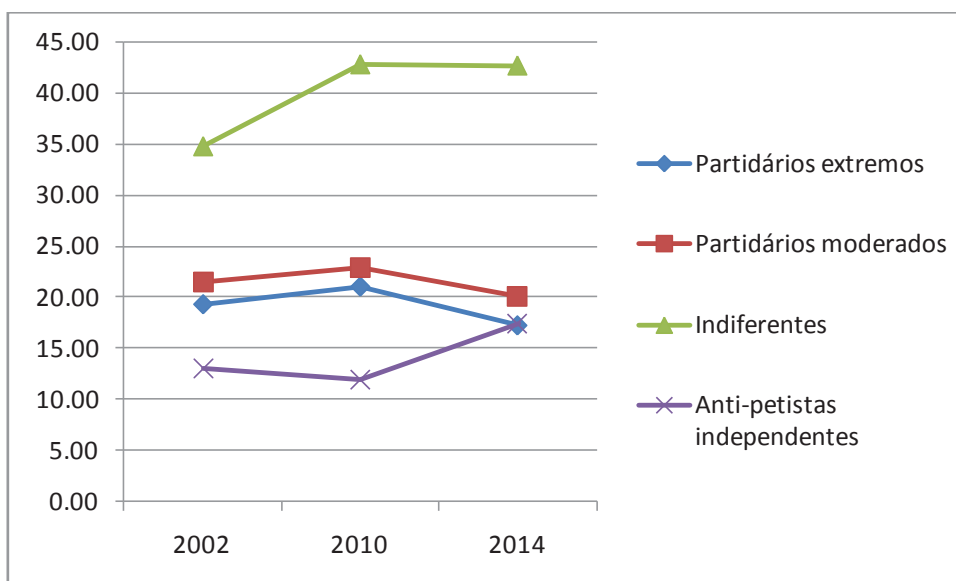
Fontes: ESEB 2002, 2010 e 2014.

Figura 2: Evolução da identificação partidária ao longo dos anos 2002, 2010 e 2014 diferenciando partidários do PT e do PSDB.



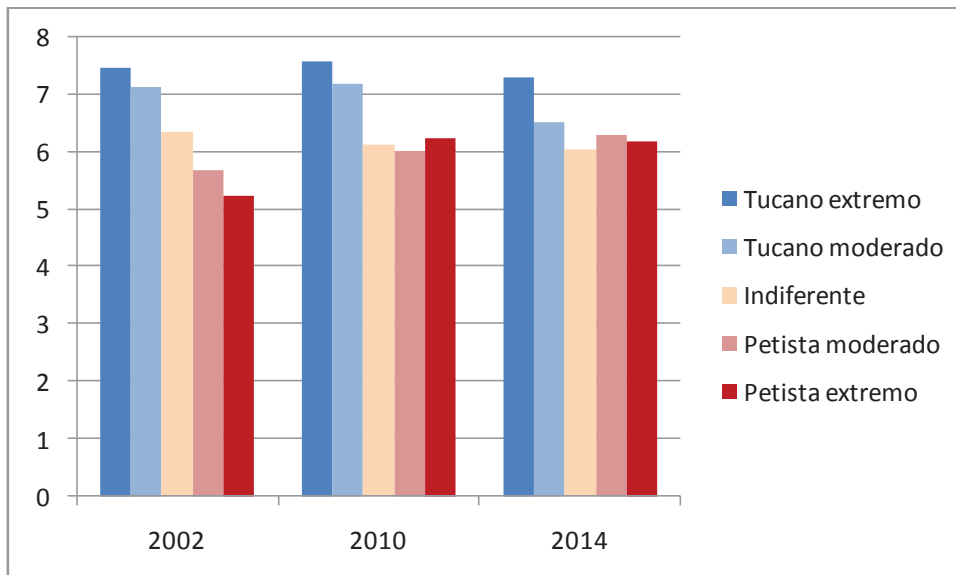
Fontes: ESEB 2002, 2010 e 2014.

Figura 3: Composição do eleitorado, conforme a intensidade dos sentimentos partidários por PT e PSDB (incluindo anti-petistas independentes), 2002, 2010 e 2014



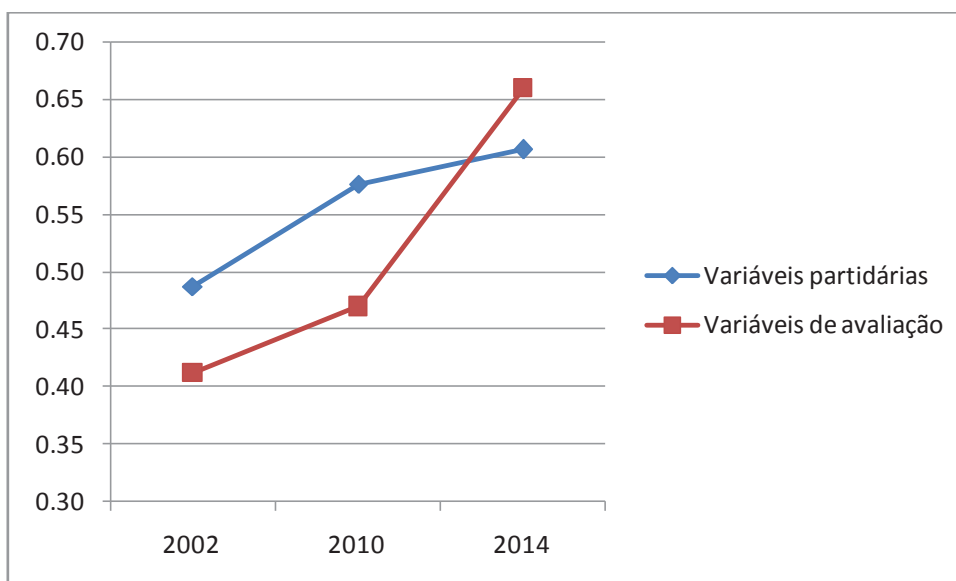
Fontes: ESEB 2002, 2010 e 2014.

Figura 4: Evolução das médias de auto-posicionamento ideológica na escala do ESEB de 2002, 2010 e 2014 (0 para esquerda e 10 para direita).



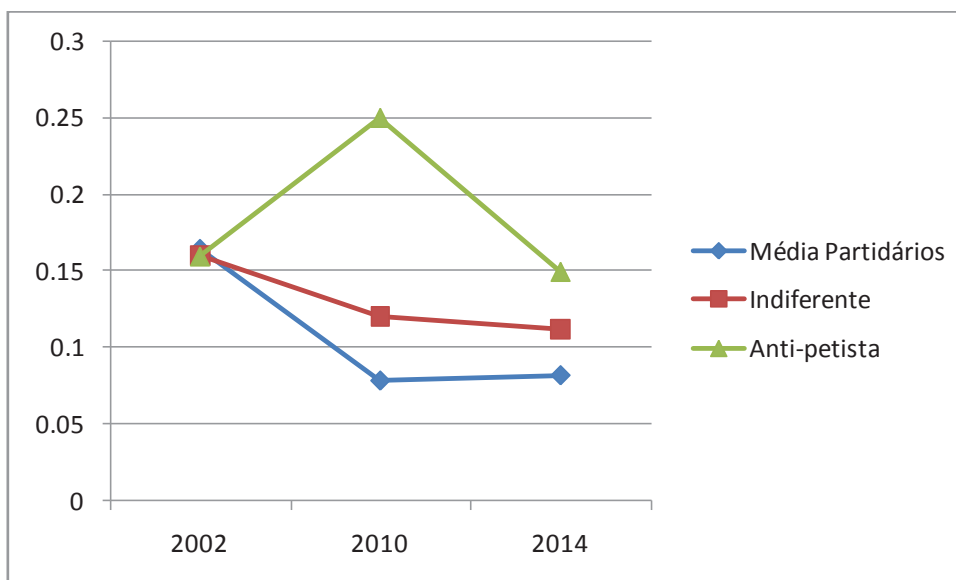
Fontes: ESEB 2002, 2010 e 2014.

Figura 5: Evolução da estatística de razão de verossimilhança (-2LL) das dimensões partidária e avaliativa para o ajuste dos modelos multivariados.



Fontes: ESEB 2002, 2010 e 2014.

Figura 6: Médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos entre partidários do PT e PSDB, indiferentes e anti-petistas independentes.



Fontes: ESEB 2002, 2010 e 2014.

Tabela 1: Média e desvio-padrão das respostas dos eleitores a questões do ESEB sobre participação privada/estatal na economia e redução de gastos e impostos (1 - concorda muito/ 5 - discorda muito), 2002, 2010 e 2014.

	Deve haver menos participação estatal na economia		O governo deve reduzir gastos e impostos	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
2002	4.11	0.65	-	-
2010	-	-	3.47	1.55
2014	3.31	1.34	2.55	1.26

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Tabela 2: Diferença de médias entre tucanos extremos e petistas extremos.

	2002	2010	2014
Contra/a favor das cotas	-	-	***-0.43
Contra/a favor redistribuição de renda	-	-0.15	-0.20
A favor/contra menos participação estatal na economia	***-0.18	-	-0.11
A favor/contra menos impostos e menos gastos	-	0.17	-0.18
A favor/contra as privatizações	-	***-0.59	-

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Tabela 3: Diferença de médias entre tucanos extremos, moderados e independentes.

	2002	2010	2014
Tucano extremo	7.47	7.59	7.31
Tucano moderado	7.26	7.27	6.38
Independente	6.20	5.80	5.60

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Tabela 4: Percentual de respondentes que concordam/discordam muito com a afirmação de que as cotas raciais prejudicam quem tem mais competência (ESEB 2014), conforme a escala de sentimentos partidários (tucano extremo/moderado, anti-petista independente, e petista extremo).

	Discorda muito	Concorda muito
Tucano extremo	18	20.1
Tucano moderado	15.8	14.3
Anti-petista independente	23.4	11.8
Petista extremo	26.4	10.7

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Tabela 5: Modelos de regressão multinomial para voto no PT/ PSDB (base: voto em outros candidatos) no 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014.

	2002		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
<i>constante</i>	0.487 (0.314)	***3.512 (0.000)	***4.516 (0.000)	***2.974 (0.000)	***2.202 (0.000)	***1.996 (0.000)
avaliação 3º candidato	***-0.168 (0.000)	***-0.134 (0.000)	***-0.406 (0.000)	***-0.423 (0.000)	***-0.249 (0.000)	***-0.284 (0.000)
avaliação do governo	***0.324 (0.000)	-0.020 (0.634)	-0.012 (0.935)	***0.943 (0.000)	-0.050 (0.513)	***0.678 (0.000)
partidário extremo	***-0.237 (0.231)	***1.387 (0.000)	***-1.320 (0.000)	***1.183 (0.000)	***-1.361 (0.000)	***0.932 (0.000)
partidário moderado	***-0.325 (0.051)	***0.790 (0.000)	***-1.267 (0.000)	***0.762 (0.000)	***-0.962 (0.000)	***0.591 (0.000)
homem	-0.154 (0.345)	0.086 (0.345)	-0.147 (0.366)	-0.078 (0.366)	**0.352 (0.015)	**0.297 (0.015)
idade	0.002 (0.668)	***-0.015 (0.001)	0.002 (0.715)	0.007 (0.210)	0.005 (0.350)	0.004 (0.476)
escolaridade	** -0.210 (0.013)	***-0.327 (0.000)	***-0.252 (0.000)	***-0.253 (0.000)	** -0.076 (0.049)	***-0.168 (0.000)
branco	*0.307 (0.070)	**0.280 (0.045)	*0.310 (0.059)	-0.110 (0.477)	**0.293 (0.048)	0.011 (0.938)
evangélico	***-1.632 (0.000)	***-1.332 (0.000)	***-0.586 (0.001)	***-0.882 (0.000)	***-0.770 (0.000)	***-0.783 (0.000)
N	1891		1813		2370	
-2LL	3286.55		3001.81		4087.74	

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Tabela 6: Aumento na probabilidade de voto no candidato presidencial do PT, para diferentes valores da escala de partidarismo, eleições de 2002, 2010 e 2014.

	2002	2010	2014
Tucano extremo => Petista extremo	0.62	0.76	0.68
Tucano moderado => Petista moderado	0.42	0.64	0.52

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Tabela 7: Aumento na probabilidade de voto no candidato presidencial do PSDB, para diferentes valores da escala de partidarismo, eleições de 2002, 2010 e 2014.

	2002	2010	2014
Petista extremo => Tucano extremo	0.35	0.73	0.72
Petista moderado => Tucano moderado	0.27	0.67	0.55

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Tabela 8: Modelos de regressão multinomial para voto no PT/PSDB incluindo a categoria *anti-petistas independentes* (base: voto em outros candidatos) 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014.

	2002		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
<i>constante</i>	0.487 (0.314)	***3.512 (0.000)	***4.817 (0.000)	***3.475 (0.000)	***2.350 (0.000)	***2.327 (0.000)
avaliação 3º candidato	***-0.168 (0.000)	***-0.134 (0.000)	***-0.420 (0.000)	***-0.451 (0.000)	***-0.254 (0.000)	***-0.299 (0.000)
avaliação do governo	***0.324 (0.000)	-0.020 (0.634)	-0.051 (0.729)	***0.864 (0.000)	-0.062 (0.422)	***0.644 (0.000)
partidário extremo	-0.237 (0.231)	***1.387 (0.000)	***-1.275 (0.000)	***1.114 (0.000)	***-1.303 (0.000)	***0.885 (0.000)
partidário moderado	*-0.325 (0.051)	***0.790 (0.000)	***-1.266 (0.000)	***0.666 (0.000)	***-0.933 (0.000)	***0.561 (0.001)
anti-petista independente	-0.154 (0.345)	0.086 (0.345)	***-0.759 (0.001)	***-1.217 (0.001)	-0.272 (0.120)	***-0.557 (0.120)
N	1891		1813		2370	
-2LL	3242.09		3001.81		4050.15	

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Tabela 9: Probabilidade prevista de voto no PT/PSDB/outros candidatos/voto branco ou nulo, anti-petistas independentes x indiferentes, 1º turno eleições presidenciais, 2002-2014.

	2002	2010	2014
PT	***-0.12	***-0.19	***-0.11
PSDB	0.01	0	0.01
Outros	***0.06	***0.13	**0.04
Voto branco ou nulo	**0.04	***0.05	***0.06

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Bibliografia:

- BAKER, A. et al. The Dynamics of Partisan Identification when Party Brands Change: The Case of the Workers Party in Brazil. *The Journal of Politics*; 78, 1, p. 000-000, 2016.
- BARTELS, L.M. Partisanship and voting behavior, 1952-1996. *American Journal of Political Science*, p. 35-50, 2000.
- BORGES, A. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. *Dados*; 58, 3, p. 239-274, 2015.
- BORGES, A. e LLOYD, R. Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: comparative lessons from Brazil. *Electoral Studies*; 46, September, 2016.
- BRAGA, M.D.S.S. e PIMENTEL JR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*; 17, 2, p. 271-303, 2011.
- BREWER, M.B. Intergroup relations. In: RF Baumeister, EJ Finkel, eds. *Advanced social psychology* Oxford, UK: Oxford University Press, 2010:535-551.
- CABELLO, A. e RENNO, L. As bases do lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? . *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; 25, 74, p., 2010.
- CAMPBELL, A. et al. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.
- CARREIRÃO, Y. e BARBETTA, P.A. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*; 19, 56, p. 75-93, 2004.
- CARREIRÃO, Y. e KINZO, M.D.A. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados - Revista de Ciências Sociais*; 47, 1, p. 131-168, 2004.
- CAVALCANTE, S. Classe média e conservadorismo liberal. In: S Ve Cruz, A Kaysel, G Cotas, eds. *Direita Volver: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- CORTEZ, R. *Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro*: Ph.D. Dissertation, Department of Political Science, Universidade de São Paulo, Brazil. 2009.
- COUTO, C.G. 2014: Novas eleições críticas? *Em Debate*; 6, p. 17-24, 2014.
- DOWNS, A.D. *An economic theory of democracy*. 840376006X: Harper 1957.
- FIORINA, M.P. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven, CT: Yale University Press, 1981.
- FIORINA, M.P. e ABRAMS, S.J. Political polarization in the American public. *Annu. Rev. Polit. Sci.*; 11, p. 563-588, 2008.
- HILL, S.J. e TAUSANOVITCH, C. A Disconnect in Representation? Comparison of Trends in Congressional and Public Polarization. *The Journal of Politics*; 77, 4, p. 1058-1075, 2015.
- HOLZHACKER, D.O. e BALBACHEVSKY, E. Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*; 13, 2, p. 283-306, 2007.
- HUNTER, W. e POWER, T.J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. *Latin American Politics and Society*; 49, 1, p. 1-30, 2007.
- KEY, V.O. A theory of critical elections. *The Journal of Politics*; 17, 01, p. 3-18, 1955.

KINZO, M.D.A. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; 20, 57, p., 2005.

LIMONGI, F. e CORTEZ, R. As eleições de 2010 eo quadro partidário. *Novos estudos-CEBRAP*, 88, p. 21-37, 2010.

LIMONGI, F. e GUARNIERI, F. A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. *Novos estudos-CEBRAP*, 99, p. 5-24, 2014.

LUPU, N. Brand dilution and the breakdown of political parties in Latin America. *World Politics*; 66, 04, p. 561-602, 2014.

LUPU, N. Party brands and partisanship: Theory with evidence from a survey experiment in Argentina. *American Journal of Political Science*; 57, 1, p. 49-64, 2013.

MELO, C.R. e CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Revista Dados*; 55, 1, p. 71-117, 2012.

MILKIS, S.M. e RHODES, J.H. George W. Bush, the Republican Party, and the "new" American party system. *Perspectives on Politics*; 5, 03, p. 461-488, 2007.

NICHOLSON, S.P. Polarizing cues. *American Journal of Political Science*; 56, 1, p. 52-66, 2012.

NICOLAU, J. Vermelhos e Azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010) In. *IX Encontro da ABCP*. Brasília, DF, 2014.

PEIXOTO, V. e RENNO, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*; 17, 2, p. 304-332, 2011.

REIS, F.W. Eleição de 2014: "País dividido" e questão social. *Em Debate*; 6, p. 8-1, 2014.

RENNO, L.R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*; 13, 2, p. 260-282, 2007.

SAMUELS, D. A Evolução do Petismo (2002-2008). *Opinião Pública*; 14, 2, p. 302-318, 2008.

SAMUELS, D. e ZUCCO, C. The power of partisanship in Brazil: Evidence from survey experiments. *American Journal of Political Science*; 58, 1, p. 212-225, 2014.

SCHNATTSCHEIDER, E. The semi-sovereign people. *New York: Holt, Reinhart and Winston*, p., 1960.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*: Editora Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos-CEBRAP*, 85, p. 83-102, 2009.

SOARES, G.A.D. e TERRON, S.L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*; 14, 2, p. 269-301, 2008.

SUNDQUIST, J.L. *Dynamics of the party system: Alignment and realignment of political parties in the United States*: Brookings Institution Press, 2011.

TAJFEL, H. *Human groups and social categories: Studies in social psychology*: CUP Archive, 1981.

VALE, H.F. Territorial Polarization in Brazil's 2014 Presidential Elections. *Regional & Federal Studies*; 25, 3, p. 297-311, 2015.

ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*; 40, p. 29-49, 2008.